



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XL — Nº 097

CAPITAL FEDERAL

SÁBADO, 24 DE AGOSTO DE 1985

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 235ª SESSÃO CONJUNTA, EM 23 DE AGOSTO DE 1985

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO JORGE ARBAGE — Considerações sobre a proposta de convocação da Assembleia Nacional Constituinte.

DEPUTADO JOÃO GILBERTO — Comentários sobre a instalação, na Câmara dos Deputados, de comissão interpartidária destinada a estudar o processo legislativo e as prerrogativas do Congresso.

1.2.2 — Questão de ordem

Levantada pelo Sr. Fábio Lucena e acolhida pela Presidência, relativamente à inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

1.2.3 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 50 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.3. — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 236ª SESSÃO CONJUNTA, EM 23 DE AGOSTO DE 1985

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se segunda-feira, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

2.2.2 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ELQUISSON SOARES — Considerações sobre o noticiário da Imprensa sobre o Congresso Nacional.

DEPUTADO JORGE ARBAGE — Semana do Exército. Artigo de autoria do Sr. Jarbas Passarinho, sob o título "Coronel com Muita Honra".

SENADOR FÁBIO LUCENA — Artigo de autoria do Sr. Jarbas Passarinho, lido pelo Deputado Jorge Arbage. Solicitando o encerramento da sessão por falta de **quorum** para o seu prosseguimento.

2.3 — ENCERRAMENTO

3 — RETIFICAÇÃO

Ata da 202ª Sessão Conjunta, realizada em 9 de agosto de 1985.

Ata da 235ª Sessão Conjunta, em 23 de agosto de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Martins Filho

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Alcides Paio — Galvão Modesto — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Alberto Silva — Helvídio Nunes — José Lins — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Martins Filho — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Lourival Baptista — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Murilo Badaró — Severo Gomes — Gastão Müller — Enéas Faria — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha — Octavio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

José Melo — PMDB; Nossier Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Vivaldo Frota — PFL

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Ruchid — PDS; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Benedicto Monteiro — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — PMDB; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Vieira da Silva — PDS; Victor Trovão — PFL.

Piauí

Celso Barros — PFL; Heráclito Fortes — PMDB.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO MORAES DA SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 3.000,00

Ano Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Evandro Ayres de Moura — PFL; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PFL; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PFL; Manoel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PFL; Ossian Arape — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; João Faustino — PFL.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PFL; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PFL.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; José Moura — PFL; Josias Leite — PDS; Manoel de Lacerda — PMDB; Maurício Ferreira Lima — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Oswaldo Lima Filho — PMDB.

Alagoas

José Thomaz Nonó — PFL; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Hélio Dantas — PFL; Walter Baptista — PMDB.

Bahia

Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Horácio Matos — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PFL; José Penedo — PDS; Leur Lomanto — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Rômulo Galvão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Nyder Barbosa — PMDB; Stélio Dias — PFL; Theodorico Ferraz — PFL.

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Amaral Netto — PDS; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PFL; Dado Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; José Frejat — PDT; Mário Juruna — PDT; Roberto Jefferson — PTB.

Minas Gerais

Bonifácio de Andrada — PDS; Cássio Gonçalves — PMDB; Delson Scarano — PDS; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; José Machado — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Milton Reis — PMDB; Pimenta da Veiga — PMDB; Rondon Pacheco — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Aírton Soares — PMDB; Alberto Goldman — PMDB; Celso Amaral — PTB; Djalma Bom — PT; Francisco Amaral — PMDB; Gastone Righi — PTB; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; Moacir Franco — PTB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PFL; Roberto Rollemberg — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Adhemar Santillo — PMDB; Fernando Cunha — PMDB; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; José Freire — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Mação Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Ruben Figueiró — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alencar Furtado — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; José Tavares — PMDB; Oswaldo Trevisan — PMDB; Reinhold Stephanes — PFL; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Nelson Morro — PDS; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Emidio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Hugo Marini — PDS; João Gilberto — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélis Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PFL; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — As listas de presença acusam o comparecimento de 32 Senadores e 149 Deputados.

Há número regimental.

Está aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de Breves Comunicações.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jorge Arbage.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, por nímia deferência do ilustre líder Prisco Viana, tive meu nome indicado para integrar a Comissão que percorrerá o País democratizando o debate em torno da Assembleia Constituinte.

Sabem meus ilustres pares a posição que tenho em relação à Proposta de Emenda à Constituição do Poder Executivo dispondo sobre a Convocação da Assembleia Nacional Constituinte, a partir de 1987.

Já firmei ponto de vista, em caráter irreversível, contrário à fórmula da convocação. Entendo que o Poder Constituinte adquire autenticidade quando derivado diretamente do titular da soberania nacional: o povo.

De outro lado, existindo no País uma Constituição, com fulcro na qual se procura estabilizar o processo de abertura democrática, portanto, sem qualquer pressuposto de sintoma na ruptura das instituições, o meio legal de instalar o corpo da Assembleia Nacional Constituinte será, indubitavelmente, a consulta plebiscitária em eleição livre, direta e secreta.

Tecnicamente, não vemos como se possa falar em Poder Constituinte senão pela precedência da ruptura institucional, ou do plebiscito. A proposta governamental, no caso, poderá ser interpretada como uma emenda de caráter reformista, com larga abrangência sobre o texto da atual, porém — é bom ressaltar — sem eficácia jurídica para abolir a Federação ou a República. (art. 47, § 1º, CF de 67).

Sem o resguardo desse princípio, vital para configurar o direito de ser apreciada e votada pelo Congresso Nacional — caso contrário sequer poderá ser submetida à deliberação, pois assim determina o Regimento Comum — estaríamos vulnerando princípio básico de ordem constitucional, com o risco de se abolir, também, a própria Carta Fundamental de 67 e Emenda nº 1, de 69.

Este, Sr. Presidente, é um aspecto da questão. O outro, por sinal tão importante quanto aquele, diz respeito à

"Comissão dos Notáveis", nomeada por expressa escolha do Presidente da República, com a finalidade de elaborar o anteprojeto de Constituição e submetê-lo, oportunamente, aos legisladores ditos constituintes, eleitos em 15 de novembro de 1986.

Nesse particular, reações justas e convincentes foram esboçadas no Congresso Nacional e em variados segmentos da sociedade, por entenderem que se trata de uma interferência indevida em assunto *interna corporis* da instituição congressual.

Com efeito, Sr. Presidente, a designação de comissão para elaborar o texto constitucional, patrocinada pelo Presidente da República, afronta a tradição que cultivamos ao longo do tempo, enquanto invade, também, atribuições do Poder Legislativo, quebrando a harmonia entre este e o Executivo, o que não deixa de representar inequívoca violação de preceito constitucional.

A decisão presidencial, formalmente concretizada, gerou entre os Parlamentares de todos os partidos políticos certo constrangimento. Evidenciava o propósito de colocar a representação política a rebuque de missão indelegável que lhe compete executar.

Precisa ser esclarecido, Sr. Presidente, que não se questiona a cultura jurídica e a honradez pessoal de cada um dos ilustres membros da Comissão nomeada por escolha do Presidente da República. Pelo contrário. Defendemos, isto sim, a privatização de um direito ao qual não podemos renunciar, como representantes legítimos que somos do povo brasileiro, porque regido pela Constituição, sem caráter delegável.

O ilustre Deputado Alencar Furtado, depois de obter o consenso das principais lideranças políticas, propôs a formação de uma comissão integrada em princípio de Parlamentares, para percorrer o País e debater com a sociedade o tema Poder Constituinte.

A nosso juízo, a proposta do Deputado Alencar Furtado parece mais feliz que a oferecida pelo Chefe da Nação. Enquanto sugere o diálogo amplo e democrático, para colher subsídios que inspirem a elaboração de uma Constituição ecletica, em cujo texto se torne possível inserir os principais problemas que interessam a Nação, a criada pelo Palácio do Planalto ficará restrita aos limites do Executivo, sem condições de chegar à colina, exatamente onde se concentram os mais graves eventos, até agora ignorados pelo Poder Público.

Ao aceitar participar da Comissão Constitucional designado pela liderança do meu Partido, o PDS, cumpro um dever de natureza política que não influenciará no posicionamento publicamente assumido, contrário a que o atual Congresso Nacional transfira poderes constituintes aos legisladores que venham a ser eleitos no pleito geral de novembro de 1986.

Firmo-me no argumento de que quem pode mais, pode menos. Se temos poderes para considerar o futuro Congresso investido de prerrogativas constituintes,

atribuindo-lhe outorga para editar uma nova Constituição, por que não as usamos nós, para cumprimento de igual missão, quando ainda dispomos de mais de 15 meses de mandato nas duas Casas?

Na verdade, Sr. Presidente, tudo o que podemos fazer é utilizar o direito de emendar a Constituição. Mesmo assim, respeitando os ditames do art. 47, § 1º, que manda preservar a Federação e a República.

Qualquer outra hipótese à deriva implicará um golpe branco que sutilmente colocará o País em estado de transição institucional, só possível onde o absurdo transcenda o limite do senso.

Praza a Deus que a comissão Parlamentar, nas suas andanças pelo Brasil, possa conscientizar o povo sobre a verdadeira conceituação do Poder Constituinte, e fazê-lo compreender sua verdadeira condição de titular da soberania nacional. E mais que isto: na história de nossa tradição, ou no Direito Comparado, jamais existiu a instituição da Assembléia Constituinte sem que aflorasse da origem popular, até mesmo no caso de consulta plebiscitária.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Martins Filho) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado João Gilberto.

O SR. JOÃO GILBERTO (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a Câmara instala uma Comissão Interpartidária que se vai debruçar sobre o processo legislativo e as prerrogativas parlamentares.

O ilustre Deputado Oswaldo Lima Filho apresentou emenda à Constituição — já existe Comissão Mista organizada, estudando a matéria — tratando do mesmo assunto e aproveitando algumas idéias básicas que, no ano anterior, vários partidos formularam ao longo do debate da chamada Emenda Figueiredo.

Por outro lado, a própria Câmara dos Deputados tem estudos históricos de uma Comissão semelhante, que foi presidida pelo saudoso Djalma Marinho e que teve em Célio Borja seu Relator.

Temos, portanto, bastante matéria para analisar a questão das prerrogativas. Manifestamos a opinião de que esta questão das prerrogativas — sem dúvida, ela passa por alterações constitucionais — também tem que enfrentar a delicada mas fundamental questão da funcionalidade do Congresso Nacional e de ambas as Casas, a Câmara e o Senado.

Veja, Sr. Presidente, que estamos lendo, nesta sessão, o Decreto-lei nº 2.157, de 14 de agosto de 1984. A leitura significa o primeiro passo para tramitação da matéria. Está hoje começando a tramitar em termos congressuais um decreto-lei já velho mais de ano, pois assinado no dia 14 de agosto de ano passado. Estamos um ano atrasados na apreciação do decreto-lei. Qual o significado prático que terá o pronunciamento do Congresso sobre esta matéria? Nenhum.

É necessário ter funcionalidade, é necessário haver um esquema de leitura e tramitação das matérias com maior agilidade. A meu ver, devemos modificar o critério de sessão extraordinária e a incidência dessas sessões sobre a própria remuneração individual dos Parlamentares, para que se possa fazer sessões semanais para leitura, a fim de que todas as matérias possam ser lidas e passem imediatamente à tramitação. Com isso, as emendas constitucionais, apresentadas por um terço dos Deputados e Senadores, poderiam começar a tramitar imediatamente, para que se cumprisse seu papel político e legislativo. O Congresso apreciaria decretos-leis e projetos em urgência em tempo hábil, para sua manifestação ter algum sentido prático.

Mas não é apenas isso. Temos visto, nas últimas semanas, ocorrerem reuniões diversificadas de Comissões Mistas e de Comissões de cada uma das Casas, todas no mesmo horário, de tal maneira que se torna impossível ao Parlamentar, por mais assíduo que queira ser, cumprir um esquema mínimo de compromissos. Os Senadores e Deputados têm a obrigação de comparecer às 10 horas da manhã de quarta-feira a três reuniões de Comissões diferentes. Isto não pode ocorrer, e também esse esquema de comissões, para apreciar as matérias, deveria ser alterado.

Creio que o Congresso deveria debruçar-se profundamente sobre sua funcionalidade. Isto pode parecer decorrência de que uma parte menor dos companheiros está com os olhos voltados para a recuperação das prerrogativas constitucionais. Mas eu me atrevo a afirmar que elas não adiantam, não chegam ao terreno da prática se não temos funcionalidade para fazê-las valer.

O Sr. Fábio Lucena — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao Sr. Senador Fábio Lucena, para uma questão de ordem.

O SR. FÁBIO LUCENA (PMDB — AM. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, é evidente a falta de *quorum*. Com base no art. 29 do Regimento Comum, peço a V. Exª a suspensão desta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — A Presidência defere o requerimento de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Nos termos do art. 55, § 1º, *in fine*, da Constituição, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18:50 horas, neste plenário, destinada à apreciação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 12 e 14, de 1985-CN (9ª Sessão).

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 48 minutos).

Ata da 236ª Sessão Conjunta, em 23 de agosto de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Martins Filho

ÀS 18 HORAS E 50 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Alcides Paio — Galvão Modesto — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Alberto Silva — Helvídio Nunes — José Lins — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Martins Filho — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Lourival Baptista — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Murilo Badaró — Severo Gomes — Gastão Müller — Enéas Faria — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Alcides Saidanha — Octavio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

José Melo — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Vivaldo Frota — PFL.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PFL.

Pará

Benedicto Monteiro — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — PMDB; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Victor Trovão — PFL.

Piauí

Celso Barros — PFL; Heráclito Fortes — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Evandro Ayres de Moura — PFL; Flávio Marcello — PDS; Furtado Leite — PFL; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PFL; Manuel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PFL; Ossian Ara-ripe — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; João Faustino — PFL.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PFL; João Agripino — PMDB; Tarcísio Burity — PFL.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; José Moura — PFL; Mansueto de Lavor — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Oswaldo Lima Filho — PMDB.

Alagoas

José Thomaz Nonô — PFL; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Hélio Dantas — PFL; Walter Baptista — PMDB.

Bahia

Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Fernando Santana — PMDB; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Horácio Matos — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PFL; José Penedo — PDS; Leur Lomanto — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Rômulo Galvão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Nyder Barbosa — PMDB; Stélio Dias — PFL; Theodorico Ferraço — PFL.

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Amaral Netto — PDS; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PFL; Dasso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; José Frejat — PDT; Márcio Braga — PMDB; Mário Juruna — PDT; Roberto Jefferson — PTB.

Minas Gerais

Bonifácio de Andrada — PDS; Cássio Gonçalves — PMDB; Delson Scarano — PDS; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Maurício Campos — PFL; Milton Reis — PMDB; Pimenta da Veiga — PMDB; Rondon Pacheco — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Aírton Soares — PMDB; Alberto Goldman — PMDB; Celso Amaral — PTB; Djalma Bom — PT; Francisco Amaral — PMDB; Gastone Righi — PTB; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; Moacir Franco — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Adhemar Santillo — PMDB; Fernando Cunha — PMDB; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; José Freire — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maquo Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Ruben Figueiró — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alencar Furtado — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; José Tavares — PMDB; Oswaldo Trevisan — PMDB; Reinhold Stephanes — PFL; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Nelson Morro — PDS; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Hugo Mar-dini — PDS; João Gilberto — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Clarc'k Platon — PDS; Geovani Borges — PFL; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — As listas de presença acusam o comparecimento de 32 Srs. Senadores e 149 Srs. Deputados.

Há número regimental.
Declaro aberta a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se segunda-feira, às 11 horas, neste plenário, destinada à leitura da Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1985, que acrescenta dispositivo ao artigo 98 da Constituição Federal, determinando paridade nos reajustes dos rendimentos dos funcionários civis e militares.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Há oradores inscritos para o período de Breves Comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Elquisson Soares.

O SR. ELQUISSON SOARES (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, esta campanha sistemática que vem sendo feita contra o Congresso Nacional, de certo modo, tem procedência, porque às sessões convocadas para as sextas-feiras, às 18 horas, lamentavelmente, não comparece ninguém.

O Presidente do Congresso se empenha em exigir a presença dos Parlamentares. Então, melhor seria que o Presidente do Congresso Nacional ou eliminasse essas sessões ou fosse mais rigoroso na convocação dos Srs. Parlamentares, para que não tivéssemos constantemente de ser submetidos ao vexame de ver a imprensa fotografar o plenário vazio, enquanto V. Exª anuncia a presença de cerca de vinte Deputados, trinta Senadores. E efetivamente é um anúncio meramente formal, porque eles não estão presentes. Acho que a imprensa se tem razão à crítica, tem, por outro lado, exagerado a respeito desse assunto. É preciso que o Congresso se anime a fazer a sua autodefesa, mas, para tanto, é necessário que dê o exemplo. Sabemos, nós e V. Exª, que uma coisa é a matéria que o jornalista faz, às vezes minuciosa e séria, ou-

tra é o interesse do dono da empresa, do jornal, que tem profundos interesses junto à República, que tem faturas a pagar, que sabe que o maior detentor de verbas de publicidade do País é, efetivamente, a Presidência da República e os Ministérios. Por isso a esses órgãos não fazem críticas. Por que ninguém jamais se preocupou, Sr. Presidente, em examinar como são empregadas as verbas de gabinetes de cada Ministério e da Presidência da República? Não estou me referindo ao Presidente José Sarney exclusivamente e, sim, a todas presidências que tivemos nos últimos anos. Posso informar a V. Exª que a verba de gabinete do Presidente da República é superior a toda a verba do Poder Legislativo. Repito, a toda a verba do Poder Legislativo. A verba de gabinete da Presidência da República é, também superior ao total da verba do Poder Judiciário. E a imprensa não se preocupou jamais em saber como ela é empregada. Seria importante que ela penetrasse em cada Ministério. Quem sabe se ela fosse mais cuidadosa no exame de todos os Poderes, não tivesse, a essa altura, um ex-Ministro envolvido em escândalos talvez não tivéssemos aviões da aeronáutica transportando bugigangas e contrabando dos Estados Unidos para cá. Por que somente agora essa campanha sistemática contra o Congresso e contra certas pessoas? Essa fiscalização deve ser feita diuturnamente, Sr. Presidente. Afinal de contas, não há que se esperar o momento para colocar alguém no pelourinho.

É bom que se diga que hoje há empresas, no ramo das comunicações, que têm mais poderes, neste País, do que a própria Presidência da República. Sabemos até que há Ministérios subordinados aos interesses de muitas empresas, e o Poder Legislativo precisa estar moralmente qualificado para também fazer as críticas cabíveis e tomar pé contra esses escândalos, porque isso é um escândalo. Essa é uma concessão que a Nação faz, e portanto deve estar constantemente policiando-a. Isso deve estar sob o controle da Nação, e, em consequência, sob o controle do Congresso Nacional, e o Congresso está sendo encostado à parede exatamente para não proceder a esse tipo de exame.

No bojo dessa campanha sistemática contra o Congresso, quero repetir, está aquela emenda da ABERT, que aqui derrotamos. É claro, Sr. Presidente, que duas horas de televisão, hoje, custam uma fortuna. Então, as emissoras estão indignadas pelo fato de o Congresso ter cobrado duas horas para o debate da questão política, nesta fase pré-eleitoral.

Então, na medida em que o Congresso Nacional fique de pé Sr. Presidente, vai poder corrigir essas distorções, vai poder proibir essas concessões feitas à base do compadrio, vai poder enfim, zelar um pouco mais pelos interesses nacionais.

Ainda na segunda-feira, apresentarei na Câmara dos Deputados requerimentos ao BNDES para saber, por exemplo, quais as empresas privadas que nos últimos 5 anos receberam benefícios daquele banco e a que taxas de juros. Isso é fundamental. Enquanto um lavrador, no interior — e quando as informações chegarem vou exibir a prova — pagar correção monetária plena e mais 12% de juros para produzir alimentos para o País, certos industriais também vão criticar o Congresso Nacional recebendo vultosos empréstimos à taxa de 20% ao ano, Sr. Presidente. Então, é isso que precisa ser examinado; isso deve estar na linha de mira deste Congresso, para que ele se torne à altura dos anseios da Nação, e, sobretudo, para que possa coibir também os abusos da imprensa, que são muitos, exagerados, às vezes, contra o Congresso Nacional e outros segmentos da sociedade. Enquanto isso, deixa de fiscalizar muitos segmentos do executivo, do Governo de modo geral.

Não sou contra, portanto, à campanha da imprensa; sou contra, sim, os seus exageros. Eu gostaria que o Congresso se policiasse, tivesse mais autoridade para evitar esse tipo de crítica que realmente coloca aqueles que são responsáveis em uma posição vexatória. Aqui há Deputados que trabalham e muito, em mais de uma comissão

permanente e em CPIs que fazem discursos no plenário, e que apresentam requerimentos e denúncias que a imprensa às vezes não publica. Há grandes jornais que não publicam, por exemplo, denúncias verídicas e procedentes contra certos Ministérios. Mas à medida que o Congresso se arme moralmente vai poder fazer isso, e é de fundamental importância que nós assumamos essa postura, Sr. Presidente. Seria bom que a imprensa divulgasse o nome daqueles Parlamentares que não vêm. Não precisa elogiar quem trabalha, mas que denuncie quem não vem. É uma campanha mais justa, mais correta e não pecaria pela generalização.

Aqui fica o apelo, Sr. Presidente, ao Presidente do Congresso Nacional, no sentido de que essas sessões sejam eliminadas ou seja cobrada de maneira compulsória a presença dos Parlamentares, porque, afinal de contas, realmente todo Parlamentar é pago pela Nação para trabalhar de segunda a sexta-feira, sem horário marcado, enquanto houver matéria para decidir. E depende tão somente das autoridades que dirigem as duas Mesas do Congresso Nacional para que isso seja cumprido.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao Sr. Jorge Arbage.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a Nação comemora a Semana do Exército, cujas festividades se encerrarão na próxima segunda-feira. Sabe V. Ex.^a, Sr. Presidente, porque é do conhecimento público, a campanha que desencadeada neste País por alguns segmentos minoritários contra as instituições militares e a seus integrantes. Sabemos também que as Forças Armadas sempre procuraram, no exercício fundamental de sua missão, respeitar os preceitos constitucionais, as leis e principalmente garantir e assegurar a integridade dos Poderes constituídos, a ordem e a soberania nacional.

É possível, Sr. Presidente, como instituição integrada por milhares de participantes se tenha por força e circunstância de admitir a prática de alguns excessos. Todavia, é de se ressaltar que a instituição em si jamais poderia ser atingida pelo excesso de alguns. Mas, lamentavelmente, Sr. Presidente, quando se fala em torturas, em violência, em direitos humanos, procura-se sempre, nas entrelinhas e, às vezes, até no sentido direto, atingir não apenas o fato isolado, mas a própria instituição no global.

Lembramos, Sr. Presidente, que ao soldado brasileiro o mundo civilizado deve hoje o oxigênio da liberdade que todos respiramos. Foi o Brasil, através dos seus pracinhas nos campos de batalha da Europa, que deu uma demonstração de coragem, de civismo, de ardor patriótico, que, ao som do Hino Nacional e vendo tremular, em pleno campo de batalha, a nossa bandeira auri-verde, expôs a própria vida em defesa da liberdade que hoje todos os povos desfrutam.

Então, Sr. Presidente, no instante em que a Nação brasileira presta a reverência do seu respeito à Semana do Soldado, fazemos esta reflexão para mostrar que não existe discriminação entre a sociedade fardada e a civil, porque ambas se constituem realmente no cerne mais vivo da nossa Pátria.

Concluo, Sr. Presidente, pedindo a V. Ex.^a que autorize a transcrição, nos nossos Anais, deste artigo de autoria do Coronel Jarbas Passarinho, com o título: "Coronel com muita honra". Neste artigo ele dá uma alta demonstração de respeito e faz uma homenagem a todas as Forças Armadas deste extraordinário País.

ARTIGO A QUE SE REFERE O DEPUTADO JORGE ARBAGE.

"CORONEL, COM MUITA HONRA

Jarbas Passarinho

Dediquei-me 28 anos ao Exército Brasileiro, desde o ingresso, por concurso universal na Escola Preparatória

de Cadetes em Porto Alegre, até passar para a reserva remunerada, em 1966, por imposição legal, diplomado que fui, senador pelo Estado do Pará. Meu amor pela profissão que abracei não teve inspiração em precedente familiar, pois, que venho de ancestrais civis em todas as gerações.

Também não ingressei na Escola Militar por não poder financiar estudos superiores universitários, como em entrevista, disse ter sido o seu caso o Sr. Luís Carlos Prestes e como igualmente me confessou, para decepção minha, um ilustre chefe militar que marcou minha geração de cadetes pelo seu exemplo e de quem muito mais tarde, políticos pretenderam explorar seu prestígio, na tentativa de apressar a queda do regime de 64.

Faço esse preâmbulo para salientar a insensatez que tenho, mais que nunca, presenciado, de parte de quem pretende indispor sistematicamente militares e civis. Bem sei que a atitude preconceituosa de grande parte de intelectuais menosprezando a carreira das armas, não é característica brasileira, senão universal ou pelo menos europeia.

A França mesmo que tanto se orgulhava de seus marechais conduzindo alguns deles ao seu maior cenáculo, a Academia da França que nunca chamava De Gaulle de senhor presidente, mas de "meu general", por muito tempo manteve esse preconceito até expressado em um famoso personagem cômico, do tipo que tivemos outrora no "Comendador Ventura", nas páginas de *O Globo*. Só que lá a futilidade era encarnada na figura de um militar.

Não me arreceia dizer que, entre nós, a tentativa de deboche tem forte motivação político ideológica. Basta ver que muitos caricaturistas tentam pôr em ridículo a farda, a profusão de medalhas no peito do militar, os óculos escuros de uma certa fase, mas aceitam prazerosamente a farda, as medalhas e os óculos escuros do general Jaruzelski, dirigente da Polônia, o uniforme reluzente de condecorações a si mesmo conferidas pelo Sr. Samora Machel, sem falar no coronel Kdáf e no comandante Fidel.

Há dias, em debate travado aqui em Brasília pensando ofender-me, um esquerdista de vaga formação ideológica enfatizou o tratamento de coronel que, me deu. Ofereceu-me excelente oportunidade para lembrar-lhe que cheguei a esse posto através de três concursos, dois deles universais para a Escola Preparatória de Porto Alegre e para a Escola Militar do Realengo, no Rio, e o terceiro interna corporis, para a Escola de Comando e Estado Maior.

Integrante de família modesta, enquanto eu me via aprovado no concurso para a Escola Militar, nele eram reprovados três filhos de generais influentes. Lembre-se, ademais que aquela época eram poucos os generais. Minha crença numa instituição como o Exército cresceu mais ainda, pois via que ele recrutava seus futuros oficiais à base do mérito e não da importância do sobrenome ou da influência do "pistolão". Quando se pretende dizer que as Forças Armadas são uma casta pergunto se existe alguma casta cujo ingresso seja feito mediante concurso universal respeitado escrupulosamente o desempenho intelectual.

Do meu noviciado castrense até a chefe de Estado Maior da Amazônia que fui, nunca me ensinaram nem eu o fiz a outrem, que éramos superiores aos civis, mais patriotas que eles, mais honestos que a maioria. Senti sim, certa prevenção contra políticos, os chamados "políticos profissionais", fauna mais ou menos escassa. Também senti revolta contra dirigentes em diversos graus de hierarquia civil, que se aproveitavam do erário em causa própria. Nesses casos, eram críticos civis candentes, como Carlos Lacerda para dar um só exemplo que nos levavam a revolta contra as denúncias de corrupção impunes.

Sem serem castas e provindo seus quadros principalmente da classe média natural é que as Forças Armadas refflitam os anseios e as aspirações dessa camada da sociedade. Indispô-las contra a sociedade civil, mais que um erro, é um crime do mesmo modo que praticar o contrário. Em 64, os militares foram praticamente tirados de seus quartéis pelos civis e sob as bênçãos de grande maioria dos religiosos.

Nosso primeiro equívoco foi assumir diretamente o poder. O marechal Costa e Silva costumava justificar essa decisão a partir do preconceito a que me referi contra os políticos. De ninguém menos que Juarez Távora ouvi, certa feita, antes de 64, que "os políticos jogavam o Brasil para o fundo do poço que então se chamavam os militares para de lá retirarem-no".

A experiência deixou marcas profundas e provou que a aliança de militares e tecnocratas só fez com que os militares fossem os únicos responsabilizados pelos erros cometidos. Por outro lado, desceu-se a um maniqueísmo primaríssimo, o de proclamar que nos últimos 20 anos o Brasil só teve dirigentes incompetentes, opressores, torturadores etc.

O anticomunismo serviu para a indústria do medo e para mascarar muita coisa indefensável, mas quando os comunistas se lançaram à aventura militar, entre 1967 e 1973, foi à juventude militar, que não havia sido preparada para a "guerra suja", que se encarregou de combater o movimento armado, o terrorismo, a guerrilha.

Se é inegável e deplorável que houve graves deformações de conduta, com a qual jamais poderíamos compactuar, também é fora de dúvida que muitos dos civis que hoje posam de liberais prosperaram nessa fase, tiveram seu patrimônio aumentado, suas alegres noites passadas em boates e aventuras eróticas, enquanto os sentinelas dos quartéis, autênticos filhos do povo, eram friamente assassinados, para que deles se roubassem armas que em seguida eram disparadas contra pobres guardas de bancos, nos assaltos ou encarregados da segurança de embaixadores de países capitalistas ou ainda soldados do policiamento ostensivo nas ruas.

O presidente Getúlio nos deixou uma lição que desprezamos. Ele fez combater a insurreição comunista com a própria polícia civil. Verdade é que o quadro recente, muito mais complexo, talvez inviabilizasse esse instrumento. O exemplo da França, na Argélia, fala por si só.

Líder do Governo João Figueiredo, coube-me, no Senado, conduzir a votação da anistia. Tínhamos esperança de que ela fosse o que devia ser: esquecimento. Só assim a família brasileira, sem traumas, se reconciliaria. Receio que os fatos não comprovem essa expectativa. Entrementes, vale citar os conceitos emitidos pelo general De Gaulle sobre as serventias da vida militar: "O avanço lento nas promoções (10 anos como capitão), a mediocridade dos soldos, o tédio das guarnições longíquas, a renúncia voluntária a uma certa liberdade formal, a perda do direito de viver onde lhe convém, de dizer o que pensa, de se vestirem ao seu gosto, os transtornos das sucessivas transferências, que os fazem nômades perpétuos".

São palavras escritas em seus livros: "L'Armée de Metier" e "Le Fil de l'Épée", quando ele destaca que: "Talvez a servidão mais dura está em que o militar é não só um curioso personagem para quem as pessoas se voltam com atenção, mas que suscita muito freqüentemente a incompreensão, o desdém e até a hostilidade de outras categorias da nação".

Verdade é que a alegria de servir lealmente à Pátria, sob o juramento de fazê-lo, se necessário, "com o sacrifício da própria vida" compensa largamente as servidões voluntariamente consentidas na carreira militar, mas parece despropositado e cruel que a elas se acrescente uma a mais, e intolerável o ressentimento preconceituoso da sociedade civil, debitando toda uma coletividade pelos erros ou desmandos que por ventura tenham sido praticados por alguns."

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Fábio Lucena.

O SR. FÁBIO LUCENA (PMDB — AM. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero apenas registrar a diferença fundamental que existe entre o Coronel Jarbas Passarinho e o Coronel Ustra Brilhante. O Coronel Passarinho está retratado no artigo que acabou de ser dado como lido pelo ilustre Deputado Jorge Arbage, como Militar, honrado, e o Coronel Brilhante Ustra está regis-

trado nos anais da tortura, sobretudo em virtude do episódio ocorrido com a Deputada Bete Mendes.

Dito isto e considerando a evidente falta de *quorum*, peço a V. Ex^a que encerre os trabalhos, na forma regimental.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — A Presidência atende ao requerimento de V. Ex^a

Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 5 minutos.)

ATA DA 202ª SESSÃO CONJUNTA,
REALIZADA EM 9 DE AGOSTO DE 1985
(Publicada na DCN de 10-8-85)

Retificação

Na página 1338, na 3ª coluna, nas assinaturas da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 1985;

Onde se lê:

Deputados: José Freire...

Leia-se:

Deputados: Jessé Freire...

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície:

Semestre	Cr\$	3.000
Ano	Cr\$	6.000
Exemplar avulso	Cr\$	50

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3.000
Ano	Cr\$	6.000
Exemplar avulso	Cr\$	50

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do:

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF
CEP 70.160

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 8 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00